

Indígenas na universidade brasileira: sonho, esperança ou pesadelo?

Indígenas en la universidad brasileña: sueño, esperanza o pesadilla?

Brazilian indians in the university: a dream, a hope or a nightmare?

Josinaldo da Silva ¹
Nadyelle Targino ²
Rilmara Araújo Corrêa ³

RESUMO



Pensar na presença de indígenas no ensino superior era até há pouco tempo utopia. Este artigo enfoca discussões sobre a efetivação das políticas de ações afirmativas para indígenas no ensino superior do Brasil, que são recentes

1 Estudante indígena do curso de Medicina - Faculdade de Medicina - FM - Universidade de Brasília - UnB, pertencente ao povo Atikum do estado de Pernambuco;

2 Estudante indígena do curso de Medicina - FM / UnB, pertencente ao povo Potiguara do estado da Paraíba;

3 Estudante indígena do curso de Engenharia Florestal - Faculdade de Tecnologia - UnB, pertencente ao povo Kacokim do estado de Alagoas.

não porque a população indígena não tenha se manifestado, mas sim por termos um país não tinha abertura para tal diálogo. A diversidade na universidade tem contribuído para o diálogo e o entendimento. Relata-se que para concorrer a vagas, os candidatos indígenas precisam comprovar sua indianidade e firmar um termo de compromisso com a comunidade indígena que os indica. Esse processo de identificação é complicado porque, ocasionalmente, por troca de favores, parentes de fazendeiros e políticos --já socialmente privilegiados-- terminam usufruindo das vagas. Os indígenas sempre estudaram em escolas públicas em situação precária. Os autores relatam os problemas relacionados com a chegada em Brasília e as dificuldades geradas pela distância das aldeias. Também relatam-se as experiências do convívio no ambiente universitário da Universidade de Brasília, onde em alguns casos, a turma ignora e segrega os estudantes indígenas, e em outros, os docentes os ignoram ou até são abertamente contra sua presença. Questiona-se o papel da FUNAI. Mesmo diante das dificuldades, os primeiros índios começam a se formar. Com orgulho e mantendo vivas suas tradições, espera-se o reposicionamento da medicina ocidental como complementar à medicina

tradicional.

Palavras-chave: populações indígenas do Brasil; políticas de ação afirmativa; educação indígena.

RESUMEN

Pensar en la presencia de indígenas en la enseñanza superior era, hasta hace poco tiempo, una utopía. Este artículo enfoca discusiones sobre la efectivación de las políticas de acciones afirmativas para indígenas en las universidades brasileñas, que son recientes no porque la población indígena no se haya manifestado, sino porque el país no tenía abertura para tal diálogo. La diversidad en la universidad ha contribuido para el diálogo y el entendimiento. Se narra que, para competir para los cupos, los candidatos indígenas necesitan comprobar su indianidad y firmar un término de compromiso con la comunidad indígena que los nombra. Ese proceso de identificación es complicado porque, ocasionalmente, debido a intercambio de favores, parientes de hacendados y políticos --ya privilegiados socialmente-- acaban utilizando los cupos. Los indígenas siempre estudiaron en escuelas públicas en situación precaria. Los autores relatan los problemas relacionados con la llegada a Brasilia y las dificultades generadas por la distancia de las aldeas. También se narran las experiencias de la convivencia en el ambiente universitario de la Universidad de Brasília, en donde en algunos casos, la clase ignora y segrega a los estudiantes indígenas, y en otros, los docentes los ignoran o hasta se manifiestan contrarios a su presencia. Se cuestiona el papel de la Fundación Nacional del Indio (FUNAI). Aun frente a estas dificultades, los primeros indígenas comienzan a graduarse. Con orgullo y manteniendo vivas

sus tradiciones, se espera el replanteamiento de la medicina occidental como complementaria a la medicina tradicional.

Palabras clave: poblaciones indígenas del Brasil; políticas de acción afirmativa; educación indígena.

ABSTRACT

Until recently, to think about Brazilian Indians at the university was an utopia. This article focus on discussions about the concretization of affirmative action for the access of indigenous individuals to university studies. Such policies were recently implemented not because of the silence of the Indian communities but because the country was not open to the dialogue. Diversity in the university environment has contributed for dialogue and mutual understanding. The article narrates that, for qualifying for an Indian quota, candidates should demonstrate their ancestry and to sign a contract with the community which nominate them. Such process of identification is complicated; sometimes, as a payment for favors, relatives of landlords and politicians, who are already privileged, use the Indian quota. Brazilian Indians have studied at public school in precarious situation. Authors narrate problems related to the arrival in Brasilia, as well as difficulties due to the distance of their communities. Also, authors point to the experiences in the University of Brasilia environment, where in some cases, the class ignore or segregate Indian students, and in other instances, teachers ignore or even are openly against their presence at the institution. Authors criticize the role of the official National Foundation of the Indian (FUNAI). Even facing these difficulties, the first Indian

students are completing their undergraduate studies. With pride and keeping their traditions, they hope there will be a new understanding of occidental medicine as a complementary practice to the ancestral traditional medicine.

Key-words: Brazilian indigenous population; first nations; affirmative action policies; indigenous education.

INTRODUÇÃO

Parece utopia a pensar na presença de indígenas no ensino superior, pois durante muito tempo e para muitas pessoas era muito difícil imaginar que populações tão diferentes e alheias à realidade do não índio pudessem, em algum momento na história, querer fazer parte deste universo: o conhecimento dos não índios. Observe que por si só essa afirmação já vem recheada de preconceitos. E pasmem os leitores! É concebível que ainda seja assim que boa parte da população brasileira encare o fato de uma representação mínima da comunidade indígena na universidade. Essa questão não é simples e enfrenta preconceito exatamente pelo desconhecimento da sociedade em relação aos povos indígenas, sua cultura e suas diferenças. Ainda de forma tardia, o assunto foi introduzido e tratado no país, mesmo que sem a devida atenção. Com a finalidade de discutir e dialogar com outros povos, para crescer e sobreviver, ao invés de minguar e extinguir-nos, a comunidade indígena tem buscado garantir esse direito: o direito à educação.

Segundo o censo demográfico efetuado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população indígena brasileira está estimada em cerca de 820.000 indígenas; dentre esses, 316.000 residem em zona urbana e 504.000

habitam as aldeias, sendo considerados índios aldeados ¹. A população indígena está distribuída em cerca de 230 etnias ou povos, falando em torno de 180 línguas, e chegando a representar cerca de 0,4% da população do país. Isso faz com que o Brasil seja considerado um dos países com maior diversidade cultural, étnica e lingüística do mundo. As sociedades não-indígenas conhecem pouco desse patrimônio e dessa diversidade. Os grupos indígenas diferem também nos aspectos de concepção e organização social, política, econômica, da relação dos mesmos com o meio ambiente e as formas de ocupação dos seus territórios. A visão também é diferenciada frente à temporalidade e experiência na relação com as frentes de colonização e expansão da sociedade nacional. Desse contingente, pouco mais de sete mil encontram-se estudando no ensino superior, o que corresponde a menos de 1% da população indígena, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)². Com relação a esses números, Lima e colaboradores ³ comentam:

Vale lembrar que esse número tem crescido a cada ano devido à ação das organizações indígenas e o clamor por políticas culturalmente diferenciadas, com base nos seus direitos culturais coletivos e à organização social diferenciada, propiciaram que se desenvolvessem, na década de 1990, políticas públicas que tentaram superar o caráter integracionista da política indigenista tutelar. [...] (Lima *et al*, 2002 p.8³).

E neste aspecto a política de educação interessa-nos especialmente pelos seus sucessos e limites. Nessa corrida, o estado do

Paraná tem se destacado por ser o primeiro a adotar a política de ações afirmativas ainda em 2001, sendo aperfeiçoado o sistema no decorrer da última década. A partir daí várias outras Instituições de Ensino Superior (IES), têm adotado esta política seja por reserva de vagas ou vagas complementares, acréscimos de pontos na nota do vestibular ou mesmo por cotas ^{4,5}.

A política de Ações afirmativas

As discussões sobre a políticas de ações afirmativas são ainda recentes, não porque a população indígena não tenha se manifestado há mais tempo, mas sim por termos um país que até pouco tempo não tinha abertura para tal diálogo. Essa política tem gerado oposição no meio acadêmico, na mídia e em diferentes setores da sociedade. O que não se pode é simplesmente ignorar que as populações tradicionais são merecedoras de tal atenção e avançar no debate é muito importante para o aperfeiçoamento das ações até então implementadas.

A população indígena precisa das ações afirmativas mesmo sabendo que é um tema complexo e que gera grandes discussões, mas essa vem sendo a forma pela a qual esses povos têm tido acesso ao ensino superior. Um aspecto precisa ficar bem claro; não é que essa população tenha menor capacidade intelectual para entrar na universidade; ela simplesmente tem sido vítima da iniquidade e marginalização no sistema de ensino, que vai desde sua formação inicial até o ensino médio. É preciso reconhecer o mérito de cada um.

Neste âmbito, ao passo que a política de ações afirmativas é motivo de discussão e

discórdia, a mesma tem sido extremamente necessária. Sabemos que tais ações não resolvem o problema da desigualdade sociorracial no Brasil. No entanto, tal política tem sido a forma que propicia ao indígena o acesso ao ensino superior. Grifo nosso: não é que os indígenas sejam menos inteligentes que os não indígenas: o que lhes faltam são oportunidades de concorrer de igual para igual com o restante da população.

A diversidade na universidade tem contribuído para o diálogo e o entendimento das populações tradicionais e isso tem sido importante, pois a diversidade da sociedade brasileira, uma vez reconhecida e valorizada pode torná-la melhor. A política de ações afirmativas têm um caráter provisório e de certa forma tem contribuído para correção da injustiça e para o pagamento da dívida do Estado para com as populações indígenas; mesmo assim, não configura a solução definitiva para a cura de uma úlcera tão crônica. A solução deve ser precedida de maior investimento na educação básica com o desenvolvimento de currículos para escolas nos níveis fundamental e médio, que valorizem a cultura indígena, o que já vem sendo feito em alguns povos.

Ainda merece bastante atenção o fato de alguns indígenas não se adaptarem à realidade da universidade, seja por dificuldades culturais, seja por dificuldades acadêmicas. Parte daí a necessidade de avaliar se a universidade está cumprindo realmente seu papel e até perguntar: será que a Universidade está preparada para receber ou lidar com uma população tão diferenciada? Certamente tem se gastado muita energia na tentativa de responder a esse questionamento e o que se pode observar é que apesar de ainda ter um longo caminho a se

percorrer, a maioria tem se empenhado e tem tido bons resultados. No entanto, os resultados práticos desse tipo de iniciativa precisam ser avaliados segundo sua efetividade em um prazo mais longo. De nada serve inserir candidatos por meio de um sistema de avaliação inacessível para eles se não lhes for garantido o acesso e a permanência. Neste aspecto, segundo Tessler ⁶, mecanismos de ação afirmativa que não tenham resultados práticos significativos podem banalizar o conceito perante a opinião pública.

A questão da inserção do indígena na universidade, na verdade passa por um debate mais amplo que é a efetivação de uma política permanente de valorização da educação, diminuindo as discrepâncias entre o ensino público e o privado, de maneira que um dia não se precise mais de um sistema de facilitação para o acesso à universidade. Neste sentido há um consenso crescente em universidades públicas do país ⁷. Não existe uma política ou uma ação mais eficaz do que essa, e é nessa perspectiva que a população indígena luta e busca se integrar cada vez mais nos movimentos de resistência para manutenção dos direitos até então alcançados.

Do processo de inclusão e do acesso às vagas.

Para concorrer a uma vaga como candidatos indígenas, os alunos precisam comprovar sua indianidade e em muitas ocasiões, firmar um termo de compromisso com a comunidade indígena que os indica. Esse processo de identificação é o foco deste capítulo. Para se ter acesso às vagas, os candidatos devem obedecer ao edital publicado pela universidade. De posse dos formulários próprios, os alunos

precisam de assinaturas da comunidade à qual pertencem, seja por meio de um conjunto de lideranças, pelo cacique ou por representação legal indígena. A partir daí essa documentação é encaminhada para cada universidade que tem um sistema de avaliação próprio executado mediante comissão permanente, comissão *ad hoc* (formada apenas para aquele processo seletivo) ou ainda por comitês gestores, como é o caso da Universidade de Brasília (UnB).

As universidades têm dado autonomia para que as lideranças decidam quem vai participar do processo seletivo, uma vez que cada povo tem sua forma de organização e sua autonomia. Vale ressaltar que a população indígena brasileira tem crescido consideravelmente na última década, não pelo aumento na taxa de natalidade, mas sim pelas pessoas que antes não se identificavam como indígenas, e a partir de então passaram a se autoidentificar como tais, sobretudo na expectativa de obterem ou usufruírem dos benefícios conquistados pelas lutas dos seus povos.

A população indígena que mora fora das aldeias não foi até então quantificada pelos órgãos responsáveis (FUNAI, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, outrora responsável pela assistência à saúde; Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI do Ministério da Saúde). No entanto, um número de índios cada vez mais crescente se desloca para as favelas e periferias dos grandes centros urbanos. Muitos saem de suas aldeias por conflitos internos, conflitos com posseiros e fazendeiros e, em sua grande maioria pela ausência de terras para sua subsistência. O fato de estas populações não serem oficialmente cadastradas ou contadas, gera uma situação de desconforto para as lideranças aldeadas, pois os recursos até então

repassados são limitados para atendimento à população indígena. O fato de a população desaldeiada não ser contabilizada oficialmente faz com que não sejam contempladas na hora de orçarem os recursos. Esses fatores por sua vez têm desencadeado bastantes conflitos entre a população indígena.

Diante desse fato, tem se criado uma grande abertura para os não índios se aproveitarem. E neste aspecto, destacamos aqueles que nunca moraram numa aldeia, não sabem o que é um movimento indígena e até mesmo aqueles que até então eram fazendeiros, posseiros ou grileiros das terras indígenas, e que passam a se identificar como indígenas a fim de inserirem seus filhos, netos e parentes na universidade, ocupando as vagas conquistadas pelos indígenas e para os indígenas.

Essa situação tem se destacado, sobretudo em populações onde a influência dos fazendeiros ainda é marcante; onde imperam as relações de dependências entre o índio e o fazendeiro. Nas comunidades indígenas onde há uma proximidade muito grande tanto com os políticos locais, quanto com os fazendeiros -- que na maioria das vezes se confundem -- alguns aspectos precisam ser esclarecidos. Uma situação predominante é a politicagem partidária, da qual as lideranças indígenas não podem se desvencilhar; outra questão é o assédio às lideranças por parte daqueles que sempre estiveram no poder, seja na política ou na posse da terra; a troca de favores entre índios e fazendeiros é uma situação crônica e predominante em alguns povos. Face a tais circunstâncias, as lideranças indígenas, na maioria das vezes não conseguem dizer não para o fazendeiro ou para o político, pois dependem deles para se manter, sobreviver e criar sua

família. Em outros casos, os fazendeiros são padrinhos de filhos de indígenas. Ainda existem casos em que os fazendeiros oferecem proteção para alguns índios que estão à margem da lei. Nessas múltiplas condições, dizer um não para um parente de um fazendeiro ou de um político pode custar muito caro, às vezes até sua própria vida.

Essa situação tem favorecido muito aos parentes dos fazendeiros e dos políticos, uma vez que eles conseguem oferecer para seus filhos e netos melhores condições de ensino, educação e preparação; escolas particulares, cursinhos preparatórios; e em geral, maiores possibilidades de serem aprovados nos vestibulares. Do outro lado estão os indígenas, que sempre estudaram em escolas públicas e que não têm condições de pagar a mensalidade de um cursinho, uma realidade da maioria das comunidades.

Os aproveitadores se identificam como indígenas até o momento em que fazem a prova e passam no vestibular. A partir daí fazem o máximo para não serem identificados no meio da população universitária. Além disso, não participam da discussão e organização dos acadêmicos indígenas nos centros universitários, situação típica na UnB. O curso de Medicina tem sido o mais procurado por esse público. A pergunta que se faz é, será se esses “índios” voltarão para resolver os problemas crônicos da precariedade de profissionais de saúde nas comunidades indígenas? Bom, pensamos que essa resposta apenas o tempo pode dar.

Analisando os dados disponíveis na FUNAI², foi possível observar que de um número de 80 indígenas nos cursos de Medicina no

Brasil até 2010, mais de 15% deles são de uma mesma cidade, segundo a fonte, originários de dois povos; 8% deles estão na UnB e os outros na UFT, UFMG e UFSCar. Em nenhum outro caso foi observada tal situação, ou seja, tem tantos estudantes no curso de Medicina no Brasil, mas as discussões a respeito da manutenção, condições de estudo, não tem se fortalecido uma vez que a maioria deles não se identifica com as lutas indígenas. Paira sobre esses estudantes a especulação sobre sua indianidade frente a sua negligência com relação ao movimento indígena. Ademais, causa bastante estranheza, o fato das pessoas não tentarem denunciar esses descasos. Vale aqui a nossa interrogação: estariam as pessoas com medo de expor essa situação? Que represálias sofreriam essas pessoas?

Além destes entraves ainda não avançamos o suficiente no que se refere à permanência, pois faltam recursos e há deficiências nos programas destinados à manutenção dos acadêmicos indígenas nas universidades. No entanto, tais deficiências têm sido obstáculos para que os estudantes possam concluir os estudos. A situação dos verdadeiros indígenas na universidade tem sido bastante sombria, uma vez que seus pais são na maioria, pobres e não têm condições para ajudar financeiramente seus filhos. Há inúmeros atrasos no depósito dos auxílios financeiros que são pagos para os estudantes indígenas se manterem na universidade. Esse fato tem feito com que muitos indígenas desistam dos cursos e outros sigam com muita dificuldade nos mesmos, somando reprovações e atrasos nos prazos previstos para conclusão.

Muito nos entristece ver depoimentos de alunos como o de Edmara Antônio Miguel,

estudante indígena de Ciências da Computação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, que abandonou o curso pelos inúmeros atrasos ocorridos no repasse do auxílio financeiro. A estudante lamenta ter que interromper os estudos, mas explica que a decisão foi motivada pelas dificuldades enfrentadas durante um semestre na universidade. *“Realmente foi muito difícil para nós. A gente corria atrás para conseguir bolsa, transporte, mas não tivemos acesso a nada”*⁸.

Essa questão tem sido bastante debatida dentro do movimento indígena, pois a permanência dos indígenas na universidade tem se constituído em um grande desafio assim como a qualidade dos cursos. Em geral há uma ausência de política definitiva por parte do Estado que vise à permanência do indígena no ensino superior. A outra questão que até então não foi abordada com seriedade é o impacto da inserção dos indígenas no retorno às aldeias. Neste limbo, a grande dúvida ainda é se os índios voltam ou não às aldeias.

Hoje já contamos com algumas experiências indicando que mesmo os indígenas que não retornaram para suas aldeias após a conclusão do curso, têm se engajado em movimentos seja indígenas, seja políticos ou mesmo no governo para assim contribuir da melhor forma com o seu povo e, de maneira geral, com os povos indígenas. Isso tem gerado bastantes benefícios à comunidade, ainda que não seja esta a expectativa na discussão atual, sobretudo na área da saúde onde a precariedade está presente em todo o país.

Estudar na Universidade de Brasília: O Sonho que vira pesadelo

Chegada em Brasília

A chegada em Brasília não é nem de longe um sonho ou o começo de um sonho. Tudo se torna difícil, não há ninguém te esperando para que haja alguma orientação sobre onde ficará, a que lugares ir, como poder chegar à universidade ou “o que eu farei agora?” Em pouco tempo em solo brasileiro, o estudante indígena percebe que está sozinho em um lugar desconhecido e principalmente longe da sua casa e de sua família.

A FUNAI não proporciona as condições para a chegada em Brasília desses estudantes que se percebem como “jogados” pela instituição nesse lugar. Muitas vezes os indígenas chegam sem dinheiro para se deslocar pela cidade ou comprar comida, porque não recebem ajuda financeira e nem sabem onde morarão. Para aqueles que têm sorte, um carro da FUNAI os espera para levá-los a uma pensão que tem sido seu porto seguro. Os estudantes não têm certeza, mas parece que a FUNAI e a dona da pensão têm algum tipo de comunicação prévia, para que os estudantes “sem teto” sejam levados até lá. Sem dinheiro para pagar a pensão, os alunos ficam “de favor” até que a ajuda financeira entre na conta. Em alguns casos, os indígenas têm algum conhecido na cidade que possa os orientar e um lugar para ficar como na casa de parentes ou amigos. Aqueles sem conhecidos ficam a mercê da senhora da pensão que sempre é paciente e ajuda no que pode. Em caso de greve, como aconteceu com as nossas turmas em 2010, uma semana depois do início das aulas, muitos tiveram que voltar para suas aldeias em seus respectivos Estados, pois não tinha condições financeiras de ficar na cidade.

Além de todas as dificuldades encontradas

na cidade grande e dentro da universidade, chega-se ao ponto mais crucial desta jornada - a distância da aldeia e dos familiares. A dor incurável é o imenso vazio de estar em um lugar onde não se conhece nada, nem ninguém, e ainda que rodeados por pessoas de outra cultura, fora do aconchego da família, o sentimento que fica é a solidão. O que faz muita falta também é aquele afago, aquele alguém para perguntar se está tudo bem. É certo que todos um dia sairão de suas casas e seguirão seus caminhos e que todos encontrarão dificuldades; até aí é compreensível. Nesta caminhada o que torna a distância da aldeia e de seus familiares mais difícil é abandonar os costumes nos quais foram criados, o fato de não ter a liberdade de ser quem realmente se é, sem a necessidade de mudar para se adequar a outra cultura. Ter que controlar suas atitudes para não parecer estranho é, sobretudo, uma tarefa árdua.

Morando em Brasília

Conseguir moradia em Brasília tem se tornado um desafio maior ainda, frente à grande especulação imobiliária. A maioria das imobiliárias exige que se pague um cheque caução como garantia, o que a maioria dos estudantes indígenas não têm. Também não há conhecidos para serem seus fiadores, o que complica mais a situação. A situação de outros estudantes muitas vezes é penosa, pois a maioria mora em uma quitinete que caberia uma pessoa, no máximo, duas. Na tentativa de baratear um pouco mais e sobrar algum recurso para alguma atividade que não seja o aluguel, geralmente estão morando até quatro pessoas amontoadas umas sobre as outras, pois só assim conseguem pagar os alugueis que não são nada acessíveis. Alguns estudantes preferem morar nas cidades satélites aonde o aluguel chega

a ser mais barato. No entanto o transporte de ônibus é caro e atrasa dificultando a chegada na universidade.

Com o custo de vida em Brasília tão alto é complicado comprar comida, pagar um aluguel e ter outros gastos relacionados com a universidade com um auxílio de R\$ 900,00 por mês, quando este auxílio não atrasa. Não há garantias em relação à saúde dos estudantes. Se o estudante ficar doente, o mesmo terá que se virar de alguma forma, comprando medicamentos com o escasso dinheiro e indo ao hospital público.

O convênio FUNAI / FUB

Um convênio de cooperação foi firmado em 2004 entre a FUNAI e a Fundação Universidade de Brasília - FUB, como parte do Plano de Metas das Ações Afirmativas, com validade até 2014, quando será reavaliado. O convênio tem como objetivo introduzir num período de dez anos cerca de 200 indígenas nos cursos de graduação da UnB, nas diversas áreas do conhecimento. Em princípio foi priorizada a área da Saúde, a saber: Medicina, Enfermagem, Nutrição e Biologia; e em segundo termo, a área ambiental: Engenharia Florestal e Agronomia. Este convênio surge a partir de uma demanda dos povos indígenas.

Em 2006, deram entrada na universidade os primeiros estudantes indígenas em sua maioria originários de aldeias. Dentro do convênio, esses estudantes assinam compromisso com a comunidade indígena de, durante o curso, realizar projetos em suas comunidades de origem, como uma maneira de dar retorno e manter o convívio e as práticas culturais e tradicionais indígenas.

Dentro da universidade, os recém-chegados têm o contato com outros povos indígenas vindo de diferentes regiões e isso é algo enriquecedor e único. É nesse momento que se aprende mesmo sobre a convivência na universidade ou em Brasília, quando o aluno indígena calouro escuta sobre a vivência dos alunos indígenas veteranos, pois os veteranos se tornam a família aqui, uma espécie de porto seguro.

Para alguns, as aulas e os novos colegas são motivo de alegria, já outros que estudam em cursos elitistas como Medicina, a convivência com os não índios torna-se algo difícil e ainda insuportável. Muitos não índios não conseguem compreender a presença dos alunos indígenas, pois os vêem como pessoas que utilizam vagas especiais para entrar na universidade em um curso em que a concorrência sempre é alta. É complicado explicar os porquês de existir um convênio entre a FUNAI e a UnB e tentar conviver com pessoas nas quais o preconceito fica explícito no seu olhar.

Em alguns casos a turma de um determinado curso ignora e segrega esses alunos, deixando claro que não estão abertos para dialogar e entender os motivos de sua presença na universidade. Fica complicado para esse aluno ter motivação para frequentar as aulas sabendo que uma turma toda não aceita as diferenças, em alguns casos por pura ignorância e em outros por preconceito e discriminação racial.

Em outros casos o problema está, infelizmente, nos(as) professores(as). Alguns entendem e gostam dos alunos indígenas; outros tendem a ignorar ou mesmo serem abertamente contra “alunos que não sabem nem o significado de H₂O” como enfatizou um

professor em um blog em referência à presença de índios na UnB ⁹.

Os estudantes indígenas vêm de lugares pobres, nos quais às vezes a escola mais próxima fica a duas horas andando a pé. Tais escolas são de péssima qualidade. As dificuldades perante algumas matérias do curso são óbvias, mas com esforço muitos acabam surpreendendo, superando as dificuldades e passando nas matérias.

A universidade enquanto instituição tem tentado garantir as condições para que os alunos indígenas progridam em seus cursos, disponibilizando sistema de apoio pedagógico e psicológico, na tentativa de amenizar as dificuldades enfrentadas. A UnB apóia a chegada do aluno da melhor maneira possível através da orientação de um coordenador específico para alunos indígenas. Também apóia com a criação de matérias básicas, tais como química, biologia e matemática, que serão utilizadas durante o curso. O apoio da UnB se estende aos livros da Biblioteca Central, onde há uma estante destinada aos alunos indígenas; os livros podem ser emprestados por todo o semestre (empréstimo especial), diferente do restante do acervo em que a posse dos livros é de apenas 15 dias. Durante as greves, todos ficam sem livros, pois não tem condições de comprar.

FUNAI

Os alunos indígenas muitas vezes percebem a FUNAI como sendo omissa diante deles. A instituição apenas contribui com o auxílio financeiro, mas não se percebe preocupação ou interesse em saber como anda o indígena na IES ou como está sua situação em Brasília. A

única preocupação é sobre as notas no final do semestre, quando os alunos são classificados em três níveis: ótimo, regular e ruim. Não há entendimento por parte da FUNAI sobre os porquês de um aluno ir mal em uma determinada disciplina; o que se espera é que o convênio magicamente tenha algum resultado.

Esta omissão da FUNAI chega a ser de tamanha grandeza que muitas vezes o auxílio que mantêm os alunos em Brasília atrasa consideravelmente em até um mês. O primeiro semestre de 2010 talvez tenha sido um dos piores para os alunos, pois houve greve na UnB e o auxílio atrasou mais de um mês deixando muitos alunos na penúria. Quando os atrasos coincidem com o fechamento do Restaurante Universitário por algum motivo, o que acontece nas greves dos funcionários da universidade ou durante reformas, muitos alunos chegam a passar um dia inteiro na universidade com fome, pois não tem dinheiro para lanchar ou pagar um almoço. O rendimento do aluno chega a cair quando não pode ir à aula devido a não querer passar o dia inteiro de fome. Vale lembrar que aqueles que vivem de aluguel na cidade se vêem forçados a atrasar os aluguéis e outras contas quando o auxílio atrasa por diversos motivos ou desculpas, como muitos indígenas preferem falar.

Superando as dificuldades

Mesmo diante de todas as dificuldades, os primeiros índios começam a se formar nas áreas de Biologia e Enfermagem e espera-se que estes sejam os primeiros de muitos dos povos que, com orgulho, mantêm vivas suas tradições. Chega um momento em que pode se olhar para trás e dizer que valeu a pena ter saído de sua aldeia e enfrentado o desafio de encarar

a cidade grande e suas dificuldades. Ainda é um número bastante tímido de estudantes da universidade que têm a esperança de, em breve, ter um quadro de profissionais, sobretudo de saúde, preenchido com os próprios indígenas. E só assim os costumes, crenças, saberes e tradições do povo indígena, que têm sido detidos e defendidos por muito tempo, se perpetuarão, pois os profissionais respeitarão o pajé, o cacique, o tuxaua. E a medicina ocidental deixará de ser exclusiva, e passará a ser complementar à medicina tradicional.

O otimismo tem sido a única arma que se tem diante de tanta dificuldade e a crença num futuro melhor para o povo indígena, somado ao desejo de se ver muitos índios sendo advogados, engenheiros, médicos, professores. É o que anima a jornada. Basta que se continue lutando, resistindo, conquistando. Até porque felicidade é poder sonhar e sentir que o seu sonho pode vir a se tornar realidade.

REFERÊNCIAS

1. Instituto Socioambiental (ISA). População indígena. In: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/populacao-Indigena-no-brasil>. Acesso em: 30/11/ 2011.

2. Fundação Nacional do índio - FUNAI - Coordenação Geral de Educação. Dados de ensino superior CGE 2010. Dados proporcionados para fins da produção do presente artigo e não se encontram disponíveis em algum local para consulta publica.

3. Lima SAC, Hoffmann MB, Peres SC. Notas sobre os Antecedentes Históricos das Idéias de “Etnodesenvolvimento” e de “Acesso de Indígenas ao Ensino Superior” no Brasil. 2002.

Rio de Janeiro: LACED / Museu Nacional - UFRJ.

4. Projeto Trilhas de Conhecimentos. O ensino superior de indígenas no Brasil. Fundação Ford / Pathways to Higher Education Initiative. Disponível em: http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/educacao_superior_Indigena/index.htm. Acessado em 30/11/2011.

5. Rede Brasileira de Instituições de Ensino Superior para Povos Indígenas. Projeto de Extensão da Universidade do estado do Mato Grosso - UNEMAT. Disponível em: <http://redesestudantesIndigenas.unemat.br/html/default.php?Strnav=15:96>. Acessado em 30/11/2011.

6. Tessler LR. Ação afirmativa sem cotas: O Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social da Unicamp. 2006. Campinas: IFGW e COMVEST, Unicamp.

7. Moutinho S, Canen A, Cocco G. - O Índio na Universidade. Olhar Virtual (Edição 218 - 26/08/2008). Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Ministério da Educação e Cultura - MEC. In: www.olharvirtual.ufrj.br/2006/index.php?id_edicao=218&codigo=4; acessado em 30/11/2011.

8. Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Sem incentivo, indígenas abandonam ensino superior em MS - Notícias 4/11/2011. Disponível em <http://alms.jusbrasil.com.br/noticias/2912191/> Acessado em 30/11/2011.

9. Hermes M. UnB News: Vestibular trapalhão para índios. Disponível em: <http://>

cienciabrasil.blogspot.com/search?q =
Vestibular+Trabalh%C3%A3o. Acessado em
01/12/2011.